

**A VIDA DA SINTAXE E A SINTAXE DA VIDA  
– HOMENAGEM A ADRIANO DA GAMA KURY**

Marcelo Moraes Caetano (UERJ)  
[marcelomcaetano@gmail.com](mailto:marcelomcaetano@gmail.com)

**RESUMO**

A linguística é a disciplina que visa ao estudo científico da linguagem, que só pode ser concretizada por meio de uma língua. Portanto, a linguística não pode prescindir do estudo das línguas com suas particularidades de conteúdo e expressão, estrutura e pragmática. Em outras palavras, não pode afastar-se em demasia dos estudos da gramática, pois padeceria de imprecisão terminológica em sua epistemologia científica. Um dos conceitos que o termo “gramática” abarca diz respeito ao conjunto de regras para que uma língua se sistematize, formal e funcionalmente. Esse conceito se aproxima da noção de “sistema” descrita por Coseriu. É dessa noção que ela pode se bipartir em microlinguística e macrolinguística. No que tange à língua como sistema, cabe à microlinguística o aprofundamento na vertente formalista, cujo objeto de estudo é a gramática enquanto conjunto de regras para a consecução de uma língua, englobando a morfossintaxe (que culmina na lexicologia), alicerçadas nos estudos de fonética e fonologia e balizadas na semântica. A macrolinguística, cujo objeto de estudo é a língua observada segundo seus pressupostos gramaticais em funcionamento, volta-se para as situações concretas de uso em que os agentes criam sentido a partir das relações interdiscursivas. Assim, o estudo da sintaxe em sua forma teórica (que se ocupa da ordem ou linearidade da língua, além dos mecanismos de relação e aderência que descrevem essa linearidade, presente até mesmo na morfologia, e assentada tanto na “gramática sistêmica” quanto na “gramática normativa” – ou uma das “normas” de Coseriu) auxilia na compreensão do mundo em si, pois o universo conceitual humano é perpassado pelo poder simbólico da palavra e de suas formas de concepção desse mesmo mundo. Essas questões foram desdobradas nas preleções de Gama Kury.

**Palavras-chave:** Sintaxe. Adriano da Gama Kury. Linguística. Língua. Linguagem.

Podemos definir a sintaxe como a parte dos estudos da linguagem que se preocupa *grosso modo* com 3 frentes: 1) a *ordem* (sequência ou linearidade) em que os termos são colocados na frase; 2) a *relação* que esses termos guardam uns com os outros; 3) a *aderência* promovida entre os termos, que muitas vezes gerencia a ordem e a relação há pouco citadas, e, por outro lado, muitas vezes é gerenciada por elas.

É necessário tecermos observações acerca de cada uma dessas frentes com que a sintaxe, como dizíamos, se preocupa.

Sobre a *ordem*, é, sem dúvida, um dos conceitos mais incensados pela atenção dos professores e estudantes. Muitas vezes chega a parecer

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

que a sintaxe se resume ao estudo da ordem – sequência linear no espaço ou no tempo – das palavras lexicais e gramaticais (ou morfemas independentes e dependentes, cf. Câmara Jr., 1957; ou formas livres, cf. Bloomfield, 2005).

Assim, aprende-se, corretamente, que há uma ordem não marcada na língua portuguesa, que é a *ordem direta*, em contraposição a uma ordem marcada, que seria a *ordem inversa*. Na ordem direta canônica máxima, temos, em português, sujeito + verbo + complementos verbais + adjuntos adverbiais. Pela apreciação dessa ordem, podem-se até mesmo ensinar princípios de pontuação gráfica, já que o deslocamento dessas categorias implicará, por via de regra, a presença da vírgula.

É o que se passa na frase a seguir, corretamente virgulada exatamente porque apresenta o adjunto adverbial deslocado em mais de um local que não o fim da frase, que seria a sua posição não marcada, isto é, em ordem direta:

*Ontem, João leu um livro excelente.*

*João, ontem, leu um livro excelente.*

*João leu, ontem, um livro excelente.*

Se quisermos aprofundar ainda mais um pouco a questão da ordem, podemos recorrer ao latim e averiguar que, naquela língua, as designações casuais marcavam a função sintática dos termos, o que tornava a ordem das frases menos rigorosa. Muitas vezes, em latim, o deslocamento de um termo devidamente marcado como objeto direto, por exemplo (o acusativo), era mera questão estilística, sendo desimportante para aspectos sintáticos, mas muito relevante para questões de interpretação discursivo-pragmática da sentença.

Por exemplo, podíamos dizer:

*Puella amat matrem.* [A menina ama a mãe].

*Matrem amat puella.*

*Puella matrem amat.*

etc.

Em qualquer uma das escolhas sintáticas, não haveria ambiguidade de semântica: saber-se-ia “quem ama quem”, pois a terminação de acusa-

tivo em “*matrem*” (a desinência casual -m) demonstra que se trata do objeto direto da frase, onde quer que esse termo apareça.

Já no português, a perda dessa desinência requereu uma reorganização sintática que tendeu à maior rigidez. Se dissermos *A menina ama a mãe*, é a ordem que determina que *a mãe* é o ser amado. Se disséssemos *A mãe ama a menina*, igualmente a ordem determinaria que o ser amado é, dessa vez, *a menina*.

Na própria voz passiva sintética ou pronominal, a modificação da ordem não marcada pode implicar mudança de sentido, o que será ratificado pela mudança da voz passiva para uma voz reflexiva.

Na voz passiva sintética, como sabemos, a ordem não marcada é:

VERBO + SE + SUJEITO

Seria o caso de uma frase como:

*Olha-se a menina.*

Nela, a primeira interpretação possível é a de uma voz passiva com o correspondente: *A menina é olhada*.

Já em:

*A menina olha-se,*

O que emerge como interpretação verossímil é a presença de uma voz reflexiva, em que se pode parafrasear ou reforçar com *A menina olha(-se) a si mesma*.

O pressuposto apresentado sobre ordem em correlação com sintaxe não é incorreto, mas carece de muitas observações para que seja encaixado num entendimento maior da própria sintaxe.

Por exemplo, a sintaxe, enquanto ordem, está presente também no íntimo da morfologia. A menor unidade da sintaxe, no que se refere à ordem, é o sintagma. Podemos falar em *sintagmas lexicais*, como itens do léxico (correspondentes ao lexema, portanto, porém, diversamente do lexema, observados sob um ponto de vista sintático).

É desse modo que podemos dizer que a vogal temática em português vem após o radical. Trata-se de uma sintaxe, pois estamos falando de uma ordem de elementos intralexicais. A própria constatação da localização distribucional de prefixos e sufixos (antes e depois do radical,

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

respectivamente), não deixa de ser constatação de cunho sintático, mais especificamente no que tange à primeira definição de sintaxe, que é esta de ordem que temos observado até aqui.

Os verbos são estruturas morfológicas que apresentam um intrincado código sintático de elementos que os formam, que podemos, num plano máximo, assim representar:

PREFIXO + RADICAL + SUFIXO<sup>63</sup> + VT<sup>64</sup> + DMT<sup>65</sup> + DNP<sup>66</sup>

Exemplo:

RE + JUVEN + ESC + E + RE + MOS

Como se observa, trata-se de uma verdadeira “frase” lexical, cuja construção dependeu da obediência dos segmentos morfológicos mínimos a uma ordem que, sem nenhum obstáculo, pode ser classificada como sintática.

Essa “frase lexical” pode trocar alguns de seus elementos mínimos (morfemas), mantendo sua base, assim como um verbo transitivo pode mudar seus objetos diretos (semanticamente), o que tornará diferentes os sentidos obtidos, mas com algo em comum, efetivado pela presença do mesmo verbo transitivo direto:

*João bebeu água.*

*João bebeu suco.*

*João bebeu cerveja.*

No que se refere à sintaxe dos verbos, teríamos, em cotejo com o que foi mostrado há pouco:

RE + JUVEN + ESC + I + A + S

RE + JUVEN + ESC + E + RIA + M

---

<sup>63</sup> Geralmente marcadores de aspecto verbal. Não vejo inconveniente a que se chame a esses sufixos verbais aspectuais de “infixos”, uma vez que eles não estão no fim dos verbos, nem mesmo no infinitivo, pois sempre se lhes seguirá a vogal temática.

<sup>64</sup> Vogal temática.

<sup>65</sup> Desinência modo-temporal.

<sup>66</sup> Desinência número-pessoal.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

RE + JUVEN + ESC + E + Ø + M

RE + JUVEN + ESC + E + RÁ + Ø

Outro importante aspecto em que a ordem deve ser observada também nos estudos de morfologia aparece no fato de que a língua portuguesa é analítica e sintética. Com isso, podemos dizer:

*Mesa pequena*

– estrutura analítica, sintagma nominal (SAdj = adjetivo).

Mas também:

*Mesinha*

– estrutura sintética, sintagma lexical (SLex = Rad. + Suf.).

Da mesma forma poderíamos dizer:

*Romance de Machado de Assis*

– estrutura analítica, sintagma nominal (SAdj = locução adjetiva).

*Romance machadiano*

– estrutura sintética, sintagma lexical (SAdj = SLex = adjetivo / Rad. + Suf.).

Portanto, no que diz respeito à ordem sintática, vemos que ela requer certa rigidez na língua portuguesa, tanto na ordem da frase (sintaxe propriamente dita), quanto na ordem dos morfemas (categorias gramaticais, plano do conteúdo, cf. Hjelmslev, 1966; Martinet, 1978) e morfemas (atualizações concretas dessas categorias, plano da expressão, cf. Hjelmslev, 1966; Martinet, 1978), no âmbito morfológico (questões sintagmáticas).

No que se refere à *relação*, vemos que reside aí um dos elementos mais importantes da sintaxe, que, embora seja muitas vezes, infelizmente, acutilado no ensino dessa parte da gramática, é a própria essência da sintaxe. Há um velho ditado que afirma: *Diz-me com quem andas, e eu te direi quem és*. Este ditado pode ser aplicado ao conceito de relação em sintaxe: um termo é, sintaticamente, algo que sua relação com outros termos propicia e permite que seja.

Desse modo, é muito importante que se frise que, no período composto por subordinação, por exemplo, a chamada “oração principal” recebe este nome porque é ela que determina (ou rege) qual será a função sintática de suas “orações subordinadas”, que assim se chamam exatamente por se subordinarem à principal. É a oração principal que dirá qual

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

a função sintática de suas subordinadas. Se não houver essa determinação (regência *lato sensu*, cf. Caetano, 2011), haverá coordenação, justaposição ou aposição.

Por isso é que podemos usar uma mesma oração subordinada com funções sintáticas distintas, uma vez que tenham se modificado as principais que as classificaram. Como dissemos, há, nessa relação entre a oração principal e a oração subordinada, uma aderência (de que falaremos) de regência, em que a oração principal é o termo regente e a oração subordinada é o termo regido.

*É necessário que ele venha.* – sujeito.

*Quero que ele venha.* – objeto direto.

*Preciso (de) que ele venha.* – objeto indireto.

*O necessário é que ele venha.* – predicativo do sujeito.

*Tenho necessidade (de) que ele venha.* – complemento nominal.

*Uma coisa é necessária: que ele venha.* – aposto.

A relação, como veremos, está intrinsecamente ligada à *aderência*, que é o mecanismo pelo qual um termo ou um elemento mórfico se liga a outro (concordância, regência, colocação), indicando isso de forma clara ou não. Veremos isso melhor um pouco adiante.

Já se tem dito com frequência que a análise sintática é a análise das relações entre os termos uns com os outros. Não há sintaxe se não se reconhecem as relações estabelecidas. A análise dos termos na oração e das orações no período pressupõe conhecimentos de inter-relações que permitem a detecção de funções sintáticas e, muitas vezes derivada disso, a ordem sintática que vimos de ver.

É nesse ponto que, para começarmos, não devemos definir um verbo transitivo direto, numa frase, como um suposto verbo que “exige objeto direto” ou, pior, que “exige complemento”. Essa definição, que padece de cientificidade sintática por ser exclusivamente semântica, poderia levar um aluno a achar que o verbo “escutar” na frase seguinte é transitivo direto, pois “exigiria” um complemento, objeto direto (escutar “alguma coisa” ou “alguém”):

*A moça não escuta bem.*

No entanto, o verbo “escutar”, na frase, é intransitivo, pelo fato de que não apresenta objeto direto. Ou seja, não se trata de uma análise virtual, mas real, concreta. Devemos dizer que um verbo é transitivo direto se, efetivamente, numa frase, apresentar objeto direto. A relação desse verbo com esse objeto é que o tornará transitivo direto. A ausência de um objeto direto numa frase pode perfeitamente transformar um verbo que muito frequentemente se apresenta como transitivo direto num verbo intransitivo, como foi o caso da frase apresentada, em que “bem” é tão somente adjunto adverbial de modo.

É adequado lembrar que o estudo da sintaxe, e de seus componentes mínimos, os sintagmas, está atrelado exatamente ao que Saussure chamou de “sintagma”, em contraposição ao “paradigma” (cf. SAUSSURE, 1984). Assim sendo, o “sintagma”, ou o estudo da “sintaxe”, só pode lidar com o que efetivamente se apresenta, com a presença concreta (ainda que subentendida ou elíptica, é claro), e nunca com virtualidades ou possibilidades oriundas dos campos associativos conceituais.

Assim, uma palavra é adjunto adverbial porque se relaciona com um verbo (como foi o caso de “bem” na frase apresentada). Um verbo é intransitivo se só se relaciona com adjuntos adverbiais ou não se relaciona com nada (como foi o caso de “escutar” na frase apresentada). Em outras inter-relações possíveis, poderíamos ter diferentes funções sintático-semânticas para “bem”, por exemplo, que surgiriam dos termos com que se relacionasse:

*O bem vencerá o mal* – sujeito; relaciona-se com o verbo, aderindo a ele e obrigando-o a ajustar-se em número e pessoa (aderência promovida pela sintaxe de concordância).

*Só precisamos do bem* – objeto indireto; relaciona-se com o verbo (aderência promovida por meio da sintaxe de regência).

Ora, o conhecimento de uma língua pressupõe o conhecimento de sua sintaxologia. Quando uma língua é ensinada, portanto, há categorias gramaticais que devem ser consideradas. Cabe à linguística aplicada, aliada a outras disciplinas, a pesquisa de métodos que gerenciem o aprendizado (artificial) do que seriam estruturas naturais e espontâneas para indivíduos nativos de um determinado idioma. Em outras palavras, o vernáculo, que é o idioma *transmitido* ou *adquirido* de forma natural (no que Chomsky, usando vestígios de Arnauld e Lancelot, e também de Humboldt, chamou de “gramática universal”, cf. Chomsky, 1969), neces-

## XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

sita de artifícios técnicos a fim de ser *aprendido* por um falante não nativo.

*Vernáculo* é o conceito usado na linguística para identificar a língua natural e espontânea dos indivíduos, adquirida na infância durante o processo de aquisição da linguagem. O vernáculo é anterior à influência sociocultural padronizante da escola e do letramento, sendo, assim, considerado como a instância mais natural de uma língua. (KENEDY, 2013, p. 92)

A distinção aqui entre língua *transmitida* ou *adquirida* e língua *aprendida* aproxima-se das distinções filológicas entre *Erbgang* e *Lehrgang* (ou fundo hereditário e fundo aprendido), que Carolina Michaëllis de Vasconcelos usou para falar do léxico herdado e do léxico inovador, respectivamente, de que uma língua se vale ao longo de sua deriva. (Cf. VASCONCELLOS, 1946)

O domínio das questões básicas que dizem respeito à sintaxe, portanto, que neste texto restringimos a três de seus aspectos mais relevantes – ordem, relação e aderência –, é fundamental para que o utente de um idioma, seja ele vernáculo ou não, possa encará-lo de modo reflexivo. Uma língua, sobretudo de ciência, não é adquirida exclusivamente de forma espontânea ou vernacular. No seu repositório de funcionamento e sistema deve estar calculada a técnica com a qual ela possa ser aprendida por outros usuários que precisem tornar-se seus utentes. Assim, a descrição dos mecanismos sintáticos de uma língua, que obedecem às suas categorias específicas, deve ser empreendida com o máximo afinco, pois a língua raramente se circunscreve à aquisição natural de falantes nativos adstritos a um espaço geográfico limitado.

A vida de uma língua alça voos para muito além das fronteiras de determinado território geopolítico, e essa característica requer uma metalinguagem descritiva capaz de fazer outros futuros falantes compreenderem categorias e realizações sintagmáticas particulares dessa língua.

Num dos desdobramentos de Coseriu entre sistema (o mínimo de categorias necessárias ao funcionamento de uma língua), norma (a concretização desse sistema num determinado domínio discursivo) e fala (a atualização individual ou de grupos adstritos em relação ao sistema e à norma), podemos inferir que o conhecimento de sintaxe, o aprofundamento em sua metalinguagem e na lógica que ela encerra, enfim, pode levar o falante aos três saberes que ainda Coseriu, desdobrando a trico-



tomia apresentada, mostrou existirem: saber elocucional, saber idiomático, saber expressivo. (Cf. COSERIU, 1967)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. Delhi: Motilal Banarsidas Publishers Private, 2005.

CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramaticalização – de Meillet aos dias contemporâneos: parâmetros para uma pesquisa sob perspectiva pan-crônica*. 2011. Dissertação (de mestrado). PUC-Rio, Rio de Janeiro. [Maxwell-Lambda-PUC-Rio].

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e linguística*. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1957.

CHOMSKY, Noam. *Structures syntaxiques*. Trad.: Michel Braudeau. Paris: Seuil, 1969.

COSERIU, Eugenio. *Teoria del language y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1967.

HJELMSLEV, Louis. *Prologomènes à une théorie du langage*. Trad: Uma Canger e Annick Wewer. Paris: Minuit, 1966.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINET, André. *Estudios de sintaxis funcional*. Madrid: Gredos, 1978.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

VASCONCELOS, Carolina Michaëllis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.